



**MINISTÉRIO  
PÚBLICO  
DE CONTAS**  
ESTADO DO  
ESPÍRITO SANTO

Conferência em [www.tce.es.gov.br](http://www.tce.es.gov.br)  
Identificador: 82DE7-13FB1-E141C



Procuradoria-Geral de Contas

## Portaria de Instauração de Procedimento Administrativo - MPC 00052/2019-1

**Processo:** 15578/2019-3

**Classificação:** Administração Geral > Ministério Público > Cobrança > Acompanhamento

**Criação:** 18/10/2019 13:43

**Origem:** GAPGC - Gabinete do Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal

O **Ministério Público de Contas do Estado do Espírito Santo**, pelo Procurador-Geral, no exercício das atribuições conferidas pelos arts. 127, 129 e 130 da CRFB, art. 3º, inciso VII, da Lei Complementar n. 451/08, Lei Federal n. 8.625/93, Lei Complementar Estadual n. 95/97 e art. 8º, incisos II e IV, da Resolução CNMP n. 174, de 04 de julho de 2017, promove a instauração de PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, na forma que segue:

<b>Processo n.</b>	TC- 15578/2019-3	<b>Prazo:</b> 1 (um) ano
<b>Atribuição</b>	Procuradoria-Geral de Contas (art. 2º, "d", da Resolução n. 001/2017, do Colégio de Procuradores de Contas)	
<b>Responsável</b>	Fracisco Alcemir Rosseto, Ruy Roberto Ribeiro e José Roberto Baptista Louvem - ressarcimento solidário ao erário municipal de Jerônimo Monteiro: 34.483,40 VRTE	
<b>Objeto</b>	Acompanhamento e monitoramento da cobrança administrativa e judicial dos débitos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, conforme arts. 305, parágrafo único, e 463 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.	
<b>Acórdão/Decisão</b>	Acórdão TC-017/2018 – Primeira Câmara Acórdão TC-107/2019 – Plenário	
<b>Observação</b>	Trânsito em julgado/preclusão recursal: 07/05/2019	

Para tanto, determina-se:

- Expeça-se ofício ao Prefeito de Jerônimo Monteiro para que, no prazo de **90 (noventa) dias**

proceda à inscrição do crédito em dívida ativa, bem como adote medidas para sua cobrança administrativa em face dos sucessores/herdeiros, conforme o caso, tais como inscrição do(s) devedor(es) no cadastro de devedores e protesto extrajudicial da CDA, sem prejuízo da cobrança judicial, observado, contudo, o disposto no **Ato Recomendatório**, de 19/03/2013, reiterado pela **Deliberação Conjunta TCEES/MPCES/TJES**, de 25/09/2015.

Publique-se.

Vitória, 18 de outubro de 2019.

LUCIANO VIEIRA  
**Procurador-Geral**  
**Ministério Público de Contas**